

BOLETIM SOBREDIREITOS HUMANOS



www.cddmoz.org

Quinta - feira, 06 de Fevereiro de 2025 | Ano V, n.º 386 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português



EM SOFALA

Agentes da polícia acusam director da ordem e segurança pública de abuso de cargo, extorsão e corrupção sexual

•Um grupo de agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) na província de Sofala procurou o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) para denunciar um conjunto de práticas ilegais e desumanas, que incluem esquemas de corrupção e abuso de poder dentro da corporação, perpetradas pelo Director da Ordem e Segurança Pública, Cassimo Aly.



Entre as diversas denúncias apresentadas pelos agentes da Polícia, destaca-se:

1. A venda de cargos e extorsão

Segundo os denunciantes, desde que Cassimo Aly chegou a Sofala em 2020, ele implementou um sistema de pagamento para designação de postos. Policiais que querem ser destacados para os distritos precisam pagar entre 30 mil e 100 mil meticais. Para cargos superiores, como chefe de operações ou comandante distrital, os valores chegam a 500 mil meti-

cais. Alguns policiais contraíram dívidas ou venderam bens pessoais para conseguirem os valores exigidos.

Além disso, há um sistema de cobranças semanais. Polícias de trânsito devem pagar 5.000 meticais todas as sextas-feiras para manter as suas posições. Quem não paga é transferido para áreas menos favoráveis.

2. Uso de Recursos da Polícia para Benefício Pessoal

Os agentes da Polícia alegam ainda que as contas em bares, compra de bebidas e alimentos e materiais de construção de uma casa particular de Cassimo Aly estariam sendo suportados com o dinheiro dos agentes. Ordens para essas compras são enviadas por grupos de WhatsApp.

3. Assédio Sexual

A carta também denuncia casos de assédio sexual contra agentes da polícia do sexo feminino. Segundo o relato, Cassimo Aly exige favores sexuais em troca de vantagens dentro da corporação. As vítimas, na sua maioria são agentes em início de carreira ou que aguardam promoção para cargos de maior responsabilidade. Quem se recusa a atender às exigências sofre represálias, como transferências arbitrárias para áreas remotas, rebaixamento de funções ou até suspensão de benefícios internos.

Além disso, há relatos de coerção em encontros privados, onde as agentes são pressionadas a aceitar as exigências do director sob ameaça de perda de emprego ou dificuldades dentro da hierarquia policial. Algumas vítimas relataram o uso de intermediários, como chefes de brigadas e superiores directos, para insistirem nos pedidos ou para facilitar o contacto entre Cassimo Aly e as agentes visadas.

O ambiente de trabalho tornou-se insustentável

para muitas agentes da polícia, que vivem sob medo constante de retaliações. Diante da falta de mecanismos internos eficazes para denúncias, algumas vítimas permanecem em silêncio, enquanto outras pedem transferência ou abandonam a corporação.

Face aos relatos apresentados por agentes da polícia a nível da província de Sofala, os agentes pretendem uma investigação urgente e a remoção imediata do director. Eles sugerem o rastreamento de transacções financeiras para identificar o fluxo de dinheiro relacionado ao esquema de corrupção.

Os polícias afirmam que não aceitam mais essa situação e cobram das autoridades uma solução concreta para os problemas enfrentados dentro da corporação.

O Centro para Democracia e Direitos Humanos encontra-se neste momento a apurar as informações para que a breve trecho apresente a denúncia às autoridades competentes para a respectiva responsalização dos envolvidos.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos

Director: Prof. Adriano Nuvunga **Editor:** André Mulungo

Assistentes do Programa: Artur Malate; Stella Bié

Autor: CDD Layout: CDD

Contacto:

Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.

Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org

Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO















